

Reunião do Conselho Municipal de Política Urbana – COMPUR

Local: CASS – subsolo Sala 1

Data: 12 de março de 2015

Horário: 10 às 12 h

A Reunião Ordinária do COMPUR de 12 de março de 2015 teve a seguinte palestra e apresentador:

TEMA - O COMPUR como órgão de controle social do Plano Municipal de Saneamento Básico

Paulo Fonseca - Engenheiro Civil - Assessor da Fundação RIO-ÁGUAS

Conselheiros: Titulares e Suplentes: Maria Madalena Saint-Martin de Astácio (Presidente), Marco Antônio Barbosa (SENGE), Leonam Estrella Figueiredo (SEAERJ), Sandra Sayão (Asbea), Claudino Brasil da Nóbrega (ACRJ), Regina Lúcia F. de Abreu Chiaradia (FAM-RIO), Paulo Fernandes (SMO), Laura Di Blasi (IRPH), Simone Costa R. da Silva (SMTR), Antonio Veloso (SMTR), Rosane Lopes Araújo (SMH), Eliana da Costa Lourenço (PGM) e Antonio Luiz Barboza Correia (SMU).

Convidados e participantes: Marcos Rodrigues Martins (Comissão de Assuntos Urbanos), Isabel Habib Mattar de Araújo (SMU/CGPU/GPL3), Renata Vasconcelos dos Santos (SMU/CGPU/GPL3), Juliana Silva de Mattos (SMU/CGPU/GPL3), Juan Diego Teixeira (SMU/CAU), Marcos Waitstock (SMU/CAU), Cláudia Tavares (SMU/CAU), Verônica Beck (AMAF - Freguesia), Marcelo G. B. Viseu (SMU/CGPU/GPL3), Gustavo de Abreu Barreto (SMU/CGPU/GIU), Mariana Barroso Ferreira (SMU/CGPU/CPL), Flávia Etinger Araújo (SMU/CAU), Lúcia Quadra (SMU/CAU), Georgete T. Barreto (SMU/CGPU/GPL2), Armando Ivo de Abreu (CAURJ), Natalia Lima (SMU/CGPU/GPL3) e Marisa Pinheiro da Silva (SETUR).

Ausências justificadas: Roberto Kauffmann (FIRJAN), por e-mail em 27 de fevereiro, Roberto Lira de Paula (SINDUSCON), por e-mail no dia 05 de março e David Caderman (ADEMI), por e-mail no dia 11 de março.

A Secretária Municipal de Urbanismo Maria Madalena Saint-Martin de Astácio abriu a reunião ressaltando a convocação em caráter de urgência, devido a publicação do Decreto nº 39679 de 22/12/2014, cuja cópia foi encaminhada aos conselheiros, que atualizou as atribuições do COMPUR, o qual passou a ser o órgão de controle social do Plano Municipal de Saneamento, conforme exigência do Decreto Federal nº 7217/2010.

Informa ainda que recebeu o Secretário Municipal de Saneamento e Recursos Hídricos - SMAR, Sr. Pierre Alex Domiciano Batista, quando foi exposta a importância da análise pelo COMPUR do Plano Municipal de Saneamento Básico da Cidade do Rio de Janeiro, sendo acertada a apresentação pelo Assessor da Presidência da Fundação RIO-ÁGUAS, Engenheiro Civil Paulo Fonseca.

Finaliza afirmando que a proposta é assistir a apresentação e, ao final, realizar um debate, sendo que ao representante da RIO-ÁGUAS caberá o esclarecimentos das dúvidas que ocorrerem.

Passada a palavra para o Engenheiro Civil Paulo Fonseca, é iniciada a apresentação sendo destacado que o Plano Municipal de Saneamento é composto por 4 componentes: água; esgoto; resíduos sólidos e drenagem urbana que corresponde ao manejo permanente das águas pluviais urbanas.

Informa que estão concluídos os planos de água e esgoto, bem como o de resíduos sólidos e foi recentemente concluído o Plano Diretor de Manejo de Águas Pluviais da Cidade do Rio de

Janeiro, iniciado em 2009 e concluído em 2014. Portanto, é um plano bem amplo e atual e com ele será possível concluir o Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB em atendimento à Lei Federal nº 11445/2007 (Lei do Saneamento). Essa Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 7210/2010, que estabelece que os municípios precisam concluir os seus respectivos planos até dezembro de 2015 e constituir o órgão de controle social, a ser criado por lei até dezembro de 2014.

Explica, portanto, que o Município do Rio de Janeiro cumpriu a primeira instância, ao definir o COMPUR como esse órgão, estando capacitado a receber recursos federais (Ministério das Cidades) para os seus programas de saneamento.

Passa à apresentação do Plano de Manejo, conforme cópia constante na página do COMPUR na internet, explicando os processos para a contratação, vencida por um consórcio de empresa de São Paulo com a Fundação Centro de Tecnologia Hidráulica da USP, responsável pela elaboração do Plano, sob a supervisão e fiscalização da Fundação RIO-ÁGUAS.

Esse trabalho tem como objetivo estabelecer um conteúdo adequado, de forma mais dinâmica possível, atualizar tudo o que está no plano diretor e concluir o Plano, que está bastante adiantado.

Informa que de janeiro a junho de 2015 será a fase de apresentações, estando prevista a apresentação de um documento consolidado em maio próximo para o COMPUR, que terá a atribuição de aprová-lo.

Após essa etapa e aprovado o Plano pelo COMPUR, ocorrerá a fase das audiências públicas, conforme cartilha do Ministério das Cidades, sendo elaborada uma minuta de decreto dispondo do planejamento e do processo de elaboração do PMSB, a ser publicado no Diário Oficial do Aviso da Audiência Pública e dos prazos para Consulta Pública.

De setembro a dezembro de 2015, será o período para a realização da Audiência Pública no Auditório do Centro Administrativo São Sebastião, cujas observações, ressalvas, demandas etc. recebidas na audiência pública ou pela internet, serão compiladas para a elaboração do texto final que será submetido ao COMPUR para validação e aprovação do PMSB.

Continua a apresentação informando que o Plano Diretor de Manejo de Águas Pluviais teve como principais premissas:

- uma visão global dos sistemas de drenagem;
- disponibilização de instrumento de apoio às tomadas de decisão;
- orientação das ações futuras da RIO-ÁGUAS e da Secretaria Municipal de Saneamento e Recursos Hídricos - SMAR no planejamento, na elaboração de projetos e execução de intervenções futuras.

O Plano Diretor é constituído por diagnóstico, estudos de alternativas e projetos básicos, além de diversos estudos de caracterização.

Apresenta a rede de monitoramento implantada no Município (estações de precipitação e nível, além qualidade dos corpos hídricos em 7 pontos da Cidade) e informa que todo o Plano utiliza modelos matemáticos hidrológicos, com determinação de lâminas d'água, velocidade etc.

Afirma que foram verificadas nas diversas bacias hidrográficas os déficits de vazão que demandam intervenções, considerando um tempo de recorrência de 25 anos.

Os projetos são divididos em microdrenagem, que são ralos e pequenos ramais, para os quais o tempo de recorrência é de 10 anos, explicando como se adota esse critério probabilístico para os cálculos e a geração de equações de chuvas.

No Rio de Janeiro há 11 equações de chuva sendo que, para efeito de comparação, a Cidade de São Paulo possui apenas 1 equação.

Essas equações estão distribuídas pelas diversas áreas da Cidade.

No caso da macrodrenagem, se trabalha com tempo de recorrência de 25 anos e se está transferindo todo o acervo técnico da RIO-ÁGUAS que passarão a integrar um Sistema de Informações Geográficas, incluindo o cadastro de 260 km de galerias e cursos d'água.

Uma campanha de monitoramento com as 26 estações foi realizada, resultando em um diagnóstico detalhado do sistema de drenagem e um plano diretor detalhado.

Apresenta alguns exemplos do cadastro da rede de macrodrenagem, no qual foram aproveitados os estudos existentes, complementados com idas a campo ao longo dos 260 km das redes de macrodrenagem (assoreadas ou não assoreadas).

Ressalta que foi um trabalho difícil, especialmente em razão da localização, muitas das quais correspondentes a galerias de rio fechadas, onde sequer é possível a visita para cadastrar

(georreferenciando os dados).

São apresentados os instrumentos de medição instalados nas estações, que permitem o fornecimento de dados "on line" (precipitação, nível, temperatura, PH, turbidez, oxigênio dissolvido etc).

Comenta a facilidade atual na obtenção e manejo dos dados em comparação com as fitas dos pluviômetros que eram utilizadas há alguns anos.

Informa os locais aonde os equipamentos estão instalados, sempre em condições de segurança, razão pela qual são feitos pedidos de autorização para a implantação em áreas particulares.

Apresenta alguns exemplos de manchas de inundação, com base em ocorrência no ano de 2010 (precipitações de quase 100 anos de tempo de recorrência) que foram eventos excepcionais. Ressalta que esse evento foi um dos motivos para a criação do Centro de Operações da Prefeitura.

Passa para um histórico do processo de urbanização, que altera continuamente o regime hidrológico, especialmente pelo adensamento que acarreta a impermeabilização e, por consequência, o aumento dos níveis de escoamento, visto a redução dos percentuais que se infiltravam no solo.

Comenta a necessidade de desconcentrar vazões, como forma de evitar alagamentos, mediante o uso de reservatórios de retardo, que liberam a água em momento posterior e vazão menor, alterando o hidrograma da bacia. Portanto, há um amortecimento do pico de vazão, método a ser utilizado em regiões densamente urbanizadas.

Passa a apresentar os vários estudos de caracterização pelas principais bacias hidrográficas da Cidade, considerando as contribuições para cada uma.

Esses estudos estão disponíveis na página do COMPUR na internet.

Finaliza informando que os estudos para o Plano foram realizados em um período de 4 anos e meio, pois foi iniciado em 2009 e transcorreu até o final de 2013. Afirma que há uma longa jornada dentro da RIO-ÁGUAS, sendo necessária a consolidação desse plano para a sua validação.

Secretária Madalena Saint Martin pede que seja repetido o cronograma, visto que alguns conselheiros chegaram após o início da apresentação, sendo atendida pelo representante da RIO-ÁGUAS, que resume:

- maio/junho - consolidação do Plano e aprovação;
- julho/agosto - minuta de decreto e publicação de aviso para audiência pública;
- setembro/outubro - realização de audiência pública;
- novembro/dezembro - recebimento das contribuições e consolidação do documento para aprovação final.

Leonam Estrella, representante da SEAERJ, informa que atua na SECONSERVA e afirma que há um surto de asfaltamento dos logradouros, aumentando o escoamento e a velocidade das águas pluviais e sugere que seja ampliado o debate para uma Cidade mais resiliente.

Comenta ainda da Vila Olímpica junto ao Rio Jequiá, ao seu ver com uma localização equivocada por estar dentro da APARU, onde estaria ocorrendo um escoamento de esgotos que viriam do local.

Paulo Fonseca concorda em relação à pavimentação, sugerindo o uso de asfalto poroso ou material (tipo blocos ou intertravado) que permita a infiltração de parte das águas pluviais. Concorda, especialmente em trechos onde há grandes ladeiras, onde reduziriam a velocidade do escoamento.

Leonam Estrella considera que outras secretarias poderiam atuar com pareceres contrários ao excessivo asfaltamento, citando o caso dos paralelos muito bem assentados que poderiam ser preservados.

Paulo Fonseca comenta em relação ao escoamento de esgotos, que a Ilha do Governador permanece sob a gestão da CEDAE, reconhecendo a existência de ligações irregulares e que, se for da Vila Olímpica, não saberia o que responder.

Verônica (assessora jurídica da Associação de Moradores da Freguesia) expressa ansiedade pela proposta relativa à Bacia de Jacarepaguá, sendo que gostaria de apresentar algumas ponderações e questionamentos, ressaltando que na fala do representante da RIO-ÁGUAS foi apresentado como benefício somente a canalização dos rios (pelas fotos apresentadas).

Questiona que as faixas marginais, aonde havia árvores, foram transformadas em áreas gramadas ou cimentadas em contradição à própria fala do palestrante, que afirmara fazer o possível para desviar das árvores existentes. Considera que a faixa marginal tem uma função e que, infelizmente, o Código Florestal foi alterado, perdendo-se o caráter de proteção que as faixas detinham.

Ressalta ainda o Rio Banca da Velha, junto à Estrada do Pau-Ferro, no qual um empreendimento imobiliário teria aterrado o curso d'água (próximo ao Batalhão), fato que teria causado estranheza entre os moradores, visto a perda de capacidade do rio, inclusive de receber diretamente as águas das chuvas, aumentando o risco de ocorrência de alagamentos. Questiona também uma parceria recente entre a CEDAE e uma construtora para a despoluição do Rio Sangrador e se o representante conhecia o tema. Finaliza indagando sobre a poluição em toda a bacia, especialmente em razão do assoreamento dos cursos d'água.

Paulo Fonseca informa que os projetos da Bacia de Jacarepaguá também contemplam o reflorestamento em diversos pontos, não tendo informações atualizadas sobre o andamento deste trabalho. Ressalta que nessa bacia não foram contemplados grandes reservatórios de amortecimento visto que, embora bastante urbanizada pontualmente (Largo da Freguesia, Largo da Taquara etc), apresenta áreas bastantes preservadas a montante das bacias, que naturalmente reduzem o coeficiente de "run-off" (escoamento superficial).

Verônica questiona, argumentando que houve grande remoção de árvores no Rio Sangrador, junto à Rua Araguaia e em ponto na Freguesia teria ocorrido o desmoronamento de terra em trecho recém concluído das obras de canalização.

Paulo Fonseca contra-argumenta que no Rio Sangrador foi implantada a calha de projeto de 25 anos com as respectivas faixas marginais e explica o processo de elaboração de projeto que, além da calha, contempla as FMP em função da vazão do rio. Afirma que em locais com seção insuficiente, certamente foram retiradas as construções que impediam a calha do rio e que as faixas foram preservadas, de forma a permitir o acesso para limpeza e desobstrução do rio.

Ressalta que o importante é garantir a preservação da FMP no que se refere a não ocupação, citando exemplos dos rios Irajá e Acari, onde as construções irregulares impedem o acesso. No caso do Rio Sangrador, a seção de projeto foi implantada e as faixas estão desobstruídas.

Verônica retoma questionamentos ao afirmar que na Rua Xingu, após as obras, houve a implantação de um estacionamento na faixa, sendo esclarecida que certamente não houve um licenciamento para a atividade. Destaca que não se pode edificar na faixa, nem mesmo com um único pilar, uma alvenaria ou uma laje, sendo necessário verificar o caso.

Ainda questionado pelo fato do estacionamento haver impermeabilizado o solo, explicou que o projeto é revestido naquele trecho e que nem sempre é possível implantar uma seção em terra, que demandaria uma seção trapezoidal com grandes dimensões e faixas marginais também com grande largura, nem sempre possível em áreas urbanas adensadas.

Esclarece que no trecho da Estrada do Pau-Ferro o rio não foi aterrado, sendo apenas canalizado em seções em aduela. Não é possível aterrar um rio, sendo necessário aprovar qualquer intervenção previamente na RIO-ÁGUAS, que será executada pelo interessado às suas expensas para uma seção para 25 anos.

Finaliza sobre a despoluição da bacia hidrográfica, informando que o grande responsável é o lançamento de esgotos e que a CEDAE vem realizando diversas intervenções na região, não tendo informações precisas sobre a situação atual do projeto que remonta a década de 80.

Comenta que a Prefeitura detém a concessão do esgotamento da AP 5 podendo, futuramente, vir a contemplar outras áreas da Cidade.

Armando Abreu, representante do CAU-RJ, acredita que os reservatórios de amortecimento sejam algo semelhante às barragens, como a do Rio Jacaré (ainda existente).

Paulo Fonseca confirma que aquele é um pequeno reservatório de amortecimento.

Armando Abreu apresenta preocupação em relação aos reservatórios em subsolo, especialmente quanto à manutenção das bombas e a remoção dos resíduos e comenta haver participado de um estudo no fim da década de 90 (COPPE) para o Canal do Mangue que previa vários reservatórios, inclusive um no antigo Jardim Zoológico. Comenta ainda sobre o projeto do Túnel Extravasor, o qual teve perfurado 1.500 metros e tentava solucionar os problemas dos contribuintes do Canal do Mangue, além dos rios da Zona Sul na área do Jardim Botânico (onde os ônibus ficam com águas pelas janelas) e gostaria de saber se há decisão definitiva em relação ao referido túnel.

Aproveita para sugerir que a Secretaria Municipal de Obras elabore um plano geral de pavimentação da Cidade, visto as colocações anteriormente apresentadas, considerando as características das ruas em encostas. Lembra ainda das avenidas canais, que considera uma solução importante.

Paulo Fonseca esclarece que o reservatório do Lins é um reservatório natural, com amortecimento reduzido, mas que ocorre.

Em relação à manutenção dos reservatórios, o da Praça da Bandeira possui uma equipe contratada "full time" que atua em sequência a toda chuva, retirando resíduos e esvaziando o reservatório.

Afirma que o Plano Diretor contemplou no diagnóstico todos os projetos elaborados, incluindo o do Túnel Extravasor, que também previa desvio do Rio Joana e outras medidas.

Ressalta que dos poucos mais de 8 mil metros, 1.480 foram escavados e que só o túnel não resolveria os problemas da bacia da Tijuca, assim como os 22 reservatórios da COPPETEC, que foram levados em consideração.

Em relação ao Túnel Extravasor, há um Grupo de Trabalho com o Clube de Engenharia para verificação do que pode ser feito para a vertente da Zona Sul (rios Rainha, Cabeças e Macacos) e se desculpa de que não apresentou os projetos dessa região pela falta de tempo.

Confirma que os projetos existem para essa região e partes foram implantadas, como no caso do Rio Carioca.

Finaliza afirmando que as avenidas canais são fundamentais, como no caso do PEU Vargens, onde há estudos em conjunto com a Secretaria de Urbanismo.

Cita ainda o exemplo da Av. Maracanã, cuja pistas são a própria faixa marginal, garantindo a sua desobstrução e lembra que no Rio Sangrador, em trecho próximo ao Hospital Cardoso Fontes, há uma ocupação irregular junto à FMP, na lateral da pista de rolamento, onde a manutenção e limpeza é praticamente inviável.

Explica a diferença entre faixas *non aedificandi* e faixas marginais de proteção, sendo que em ambas não é possível edificar e, na segunda, há ainda o componente ambiental agregado.

Marcelo Viseu, arquiteto da SMU, questiona o manejo dos rejeitos orgânicos; se haveria a possibilidade de reuso pela SMAC nos projetos de reflorestamento e se o Plano de Manejo chega ao nível de detalhamento de cada calha, visto que nos trabalhos da SMU essa informação é importante.

Paulo Fonseca ressalta que no reservatório da Praça da Bandeira não há grande problema com sedimentos, por receber galerias de micro e mesodrenagem, que servem como filtro para materiais com maiores dimensões.

Situação distinta dos reservatórios de pé-de-morro, onde o objetivo é reter sedimentos, citando o exemplo do Rio Jacó, no Grajaú, onde não há muito material orgânico, sendo que a utilização com a SMAC ainda não foi pensada.

Em relação às seções dos canais, em alguns casos, como no Rio da Prata, foi possível a adoção de seções trapezoidais em terra e áreas para acumulação. Cada projeto tem a sua característica, garantindo a seção para 25 anos, mas sem impactos muito grandes.

Regina Chiaradia, da FAM-RIO, ficou surpresa e satisfeita com o que foi apresentado, mas gostaria de comentar das microbacias da Zona Sul e das ocupações irregulares, que afetam muito a área da Associação de Moradores. Gostaria de aproveitar a oportunidade em que o COMPUR passa a ter um novo papel, para apresentar algumas propostas para as diversas microbacias da Zona Sul, visto que não viu nenhuma apresentação para essa região da Cidade e tem certeza que haverá intensa cobrança quando da realização das audiências.

Questiona o intenso lançamento irregular de esgotos nas galerias de águas pluviais e quais são as medidas atualmente adotadas em relação a este problema, visto que mesmo com as obras em comunidades com UPP a questão não foi sanada, gerando grande volume de efluentes que são lançados na Baía de Guanabara.

Solicita ainda que se continue a apresentação com o mesmo nível de detalhamento nas microbacias da Zona Sul, pois não conhece nenhuma intervenção prevista, citando os casos da Ladeira dos Tabajaras, da área a montante do Cemitério São João Batista, do Morro Dona Marta, onde a questão da drenagem é complicada e gostaria de conhecer os projetos para solução. Ressalta que, conhecendo as propostas, poderá inclusive levar para os demais moradores.

Paulo Fonseca informa que as obras de microdrenagem não são da responsabilidade da RIO-ÁGUAS, estando afetas à SMO/CGO que as executa de acordo com os projetos da Fundação, a qual as elabora tanto para a microdrenagem quanto para a macrodrenagem. Destaca que é muito grande quantidade de projetos elaborados, sendo que alguns estão implantados e os outros dependem da obtenção dos recursos necessários para a sua execução.

Regina C. intervém ressaltando a questão do Rio Carioca, que prejudica a qualidade da Praia do Flamengo, assim como ocorre na Praia de Botafogo com os rios Banana Podre e Bercó, novamente solicitando a apresentação do Plano Diretor no que se refere a estas microbacias, assim como outras pessoas irão se interessar por suas respectivas áreas de atuação.

Paulo Fonseca esclarece que esses três rios são macrodrenagem e constam do Plano Diretor, sugerindo uma complementação da apresentação.

Detalha as dificuldades do Rio Bercó que corre em meio de quadra, todo capeado, cujas características dificultam as intervenções.

Afirma que, provavelmente, para todas as bacias há projetos de intervenção que não foram apresentados pelo tempo relativamente curto, visto que o total é de 40 grandes bacias, podendo ser apresentadas em detalhe conforme seja agendado um maior tempo para a reunião.

Marco Antonio Barbosa, representante do SENGE, lembra que no caso da Av. Henrique Valadares foram feitas exigências para empreendimento imobiliário erguido em grande área para uso por instalações da PETROBRAS.

Paulo Fonseca confirma que foi exigida contrapartida, incluindo a Rua do Senado e outros logradouros em torno, bem como reservatório com 8.000 m³ de volume, visto a insuficiência de galerias de micro e mesodrenagem, especialmente em razão do elevado aumento das áreas impermeabilizadas pelo empreendimento.

Secretária Madalena Saint-Martin informa que no licenciamento é necessário juntar diversas declarações sobre a possibilidade de abastecimento; esgotamento e de drenagem, no caso emitida pela da RIO-ÁGUAS. Cita ainda outro prédio erguido para a PETROBRAS na Cidade Nova, onde havia alagamentos constantes, cujo licenciamento foi vinculado à execução de novas galerias, visto que as existentes não suportariam.

Marcos Antonio considera que a questão dos estudos para uso do solo devem estar vinculados aos planos de drenagem, achando correto que grandes empreendimentos arquem com os custos de novas redes.

Paulo Fonseca esclarece que, embora não faça parte do Plano Diretor, há legislação municipal que regulamenta esse tipo de exigência para novas construções com áreas acima de 500 m², para as quais são exigidos tanques de retardo e de reaproveitamento de águas de telhado. Ressalta que até a década de 90 a drenagem não era considerada matéria estruturante no processo de urbanização e, indagado por Marco Antonio, afirma que o novo Maracanã teve que se adaptar a diversas exigências da RIO-ÁGUAS.

Secretária Madalena Saint-Martin indaga se os conselheiros gostariam de continuar a apresentação em uma nova reunião, sendo acordada a necessidade de complementar as informações, com Paulo Fonseca sugerindo o início dos trabalhos um pouco mais cedo, ou a ampliação do horário ou ainda, realizar o encontro em duas etapas.

Os conselheiros solicitam o encaminhamento da apresentação por e-mail, sendo esclarecidos por Paulo Fonseca que a mesma será complementada com algumas das bacias que não foram contempladas, para posterior envio.

Mariana Barroso, Coordenadora de Planejamento Local da SMU, afirma que conhecia parte do trabalho, mas não tinha ciência da abrangência do mesmo.

Indaga, especificamente em relação à Bacia do Mangue, que está bastante adiantada, qual o prazo para a implantação de todas as intervenções, visto que há muita interferência com os trabalhos da SMU, citando o exemplo dos rios Maracanã e dos Trapicheiros, cujos projetos alteram os traçados dos seus cursos em trechos não implantados. Tal fato implica em diversos impactos sobre o sistema viário, interferências com o Metrô, o aproveitamento dos imóveis, além das próprias questões relativas à drenagem.

Cita o exemplo da Rua Pareto, onde está prevista uma ampla desapropriação, além de áreas de

favela situadas nas margens do Rio Maracanã, questões que precisariam ser esclarecidas. Paulo Fonseca informa que o cronograma é implantar todas as intervenções naquela bacia até 2016, sendo que algumas acarretarão impactos significativos, como são os casos da Rua Felipe Camarão, que receberá galeria que ocupará todo o logradouro e da pista reversível da Rua Professor Manuel de Abreu, que receberá uma nova calha do Rio Joana, adjacente à atual. Ressalta que algumas ações pontuais na Tijuca não serão executadas nesse momento, como aquelas relativas a mesodrenagem, visto que a prioridade é a conclusão das intervenções da macrodrenagem. Considera que o importante é a eliminação dos problemas de extravasamentos e de seção insuficiente, restando aquelas intervenções pontuais, como a correção de bocas de lobo, a adequação de pequenas galerias etc.

Mariana Barroso demonstra interesse específico na questão urbanística, em especial nas áreas que estão reservadas para a implantação dos projetos de drenagem, visto que os mesmos preveem a solução dos problemas de inundação. Contudo, as faixas reservadas, mantém em vigor propostas de alinhamentos que atingem muitos imóveis, nos quais os seus proprietários apresentam interesse de um maior aproveitamento, impedido pelo gravame dos projetos de drenagem. Comenta que as pessoas questionam a real intenção de implantar os projetos, citando exemplo da Av. Maracanã, na qual está prevista uma via paralela às ruas Conde de Bonfim e São Miguel e como se poderia compatibilizar esses diversos interesses.

Paulo Fonseca confirma que os serviços implantados correspondem exatamente ao que foi apresentado e cita que, embora alguns projetos não sejam implementados nesse momento, eles estão valendo, sendo que a prioridade é a parte média e a parte baixa da bacia.

Antonio Correia, Coordenador do SMU/CAU, reforça que a preocupação da Mariana B. é com a não atualização do projeto, que acarretaria uma restrição à construção.

Paulo Fonseca confirma que os projetos estão em vigor, embora não seja possível definir quando serão implantados. Cita o caso do Túnel Extravasador que teria estabelecido gravames sobre diversos terrenos no Bairro do Grajaú, mesmo reconhecendo que não será executado, ao menos na vertente da Zona Norte, visto que apenas no trecho da Zona Sul há possibilidade de aproveitamento da proposta.

Ressalta que esse é um caso específico mas que os demais projetos continuam em vigor, embora alguns pontos possam ser atualizados, com pequenos ajustes, sendo que o cerne permanece, sem mudanças estruturais.

Além disso, sendo projetos básicos, certamente sofrerão alterações quando da elaboração dos projetos executivos (considerando as interferências com as redes de concessionárias e tipo de solo, por exemplo) e na sua implantação.

Informa ainda que todos os projetos do Plano Diretor nos quais foram calculadas as seções, continuam valendo.

Reconhece que alguns projetos mais antigos (década de 60) podem estar obsoletos, mas afirma que a maioria foi revisada e que, embora nem todos possam ser atualizados, atendem aos tempos de recorrência de 25 anos para a macro e 10 anos para a microdrenagem. Destaca que, conforme forem elaborados os projetos executivos, serão atualizados.

Antonio Correia encerra agradecendo pela palestra e o fato da mesma ser bastante didática, confirmando que será marcada uma nova reunião para o desdobramento do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2015

**Secretaria Executiva do
Conselho Municipal de Política Urbana - COMPUR**

Observação: A presente ata abrange os principais assuntos debatidos, sendo que o áudio integral da reunião encontra-se disponível na Secretaria Executiva do Conselho.